

Palácio Tiradentes
promove visita
guiada teatralizada

PÁGINA 3



Payal Kapadia,
uma indiana no
júri de Cannes

PÁGINA 4



Ilessi, uma voz
muito além da
ancestralidade

PÁGINA 7



2º CADERNO

A luta para quebrar o ritmo

Feminismo, ativismo e os desafios das mulheres na indústria da música brasileira são temas de livro da pesquisadora Julia Ourique

Por Affonso Nunes

A pesar dos avanços conquistados ao longo das últimas décadas, a indústria da música ainda impõe barreiras significativas às mulheres, sobretudo àquelas que atuam como instrumentistas, produtoras ou técnicas. Invisibilidade, desigualdade de oportunidades e resistência à presença feminina em cargos de decisão seguem sendo marcas persistentes nesse mercado. Foi diante desse cenário que a jornalista, pesquisadora e musicista Julia Ourique decidiu investigar a fundo a relação entre feminismo, ativismo e indústria musical brasileira.

Após quase dez anos de pesquisa, Julia lança nesta quarta-feira (7), às 18h, no Espaço Multifoco, na Lapa, o livro “Feminismo na Indústria da Música” (Ed. Multifoco). A obra é resultado de sua dissertação de mestrado e também parte de seu doutorado em Comunicação pela Uerj.

Com um olhar crítico e minucioso, o livro propõe uma análise da inserção feminina no mercado musical e discute o feminismo como ferramenta de transformação. Dividido em três capítulos, o título percorre uma historiografia do feminismo no Brasil com foco nas mulheres na música, explora o conceito de ativismo e examina mudanças recentes na indústria fonográfica. O terceiro capítulo se dedica ao estudo de caso da PWR Records, selo que alia práticas de mercado aos princípios feministas. A iniciativa teve vida curta mas, como enfatiza a autora, deixou importantes lições. **Continua na página seguinte**



ENTREVISTA / JULIA OURIQUE, JORNALISTA, PESQUISADORA E MUSICISTA

‘É preciso criar redes e fazer com que todas avancem juntas’

Debora Gauziski/Divulgação

Em “Feminismo na Indústria da Música”, Julia Ourique investiga como o ativismo — a arte usada como forma de ativismo — pode ser uma ferramenta de resistência e transformação no mercado musical. A partir de sua trajetória como jornalista, musicista e pesquisadora, ela reúne quase uma década de estudos sobre desigualdade de gênero na música. “A música, quando pensada como ativismo, não é apenas expressão artística ou entretenimento, mas um ato político em si”, diz. Na entrevista a seguir, Julia reflete sobre exclusões históricas e aponta caminhos possíveis.

O que a motivou a escrever essa obra?

JULIA OURIQUE: A injustiça em relação ao tratamento dado às mulheres é o que me faz escrever. Não só este livro, mas todos os artigos que publiquei anteriormente. Neste trabalho em específico, a ideia era ouvir as histórias de discriminação, o tratamento misógino que estas mulheres observavam na indústria da música, fosse em shows, em reuniões, ou mesmo na internet. A partir destas conversas, percebi que existia uma união entre as mulheres que trabalham na indústria da música que é o que faz com que a gente continue insistindo nesta carreira. Utilizo “a gente” porque também trabalho na indústria e sofri discriminações a partir do meu gênero.

Durante sua pesquisa, você encontrou desafios específicos em relação à presença de mulheres na música brasileira, especialmente as instrumentistas?

Muitos. Desde o momento em que se decide por determinado instrumento, como a bateria, tido como um instrumento masculinizado, que exige força e, portanto, não combinaria com a suposta delicadeza intrínseca às mulheres. Em outra ocasião, e isso é frequente até hoje, a artista no palco, tocando, e o público, principalmente em shows de heavy metal - em que homens são a maioria - pedindo que a artista sorria mais, que mostre os seios, como uma forma de dizer: “só estou aqui porque você é uma mulher, e só penso em você como um objeto feito para o meu prazer”. Até quando a gente precisa sempre ter um homem ao nosso lado, concordando com o que dizemos, para que a nossa opinião, o nosso corpo, sejam respeitados?

Como superar situações como essas?

Acredito - e as pesquisas mostram isso - que a melhor forma de se superar estas questões é por meio da educação, mas isso leva tempo. O que podemos fazer agora é implementar e fiscalizar leis que permitam e incentivem cotas de mulheres nos setores do mercado de trabalho que são dominados por homens. Claro, a minha pesquisa é voltada para a indústria da música, mas os mesmos preconceitos são também encontrados na engenharia, no futebol... A ideia é que com as cotas, o convívio, perceba-se que o gênero é só um detalhe.

O conceito de ativismo é central no seu livro. De que forma a arte e a música podem ser usadas como ferramentas para esse ativismo?



A música, quando pensada como ativismo, não é apenas expressão artística ou entretenimento, mas um ato político em si. Ela se torna um instrumento de luta ao ampliar vozes marginalizadas, desafiar estruturas opressoras e propor novas subjetividades. Além disso, o ativismo feminista também atua nas bordas da indústria da música, utilizando as ruas, as plataformas digitais e as redes sociais como meios de circulação, engajamento, reforço... Ele transcende os espaços tradicionais da arte, ocupando o espaço público, e “fura bolhas” ao alcançar públicos diversos com mensagens de transformação. Vale também dizer que o ativismo feminista também é carrega uma dimensão

micropolítica: desafia as normas vigentes, produz novos imaginários sociais e transforma a arte em ferramenta de questionamento radical, promovendo a (re)existência frente às lógicas hegemônicas da indústria da música.

Quais as mudanças mais significativas que você percebeu nos últimos anos, especialmente em relação ao papel das mulheres na indústria fonográfica?

A facilidade em gravar a sua própria música, fato que se deu após o barateamento dos computadores e das mídias de gravação, no início dos anos 2000, e posteriormente, com o aumento da capacidade da internet, alcançando maiores velo-

cidades, foram tecnologias na área da comunicação que impulsionaram a entrada de mulheres na música. Mas não só. Artistas periféricos, negros, LGBTQIAPN+ também ganharam possibilidades de gravar e disseminar sua música a partir desta mudança na indústria fonográfica. Ainda na primeira década, embora diversos artistas do mainstream - o grande mercado da música, com as grandes gravadoras - tenha sido contra a disponibilização gratuita de músicas para download na internet, foi essa possibilidade, mais tarde organizada pelo MySpace, pelo Orkut, é que facilitaram que vários artistas da música independente, e principalmente artistas que as gravadoras costumavam ignorar, ganhassem o seu destaque, o conhecimento do seu público.

O que você considera mais relevante na trajetória do selo PWR Records, e como ele articula valores feministas nas dinâmicas do mercado musical?

O que mais me chama a atenção na história da PWR é que foi um selo iniciado por duas jovens mulheres - estavam na casa dos 20 e poucos - em Recife (PE) e que alcançaram tanto, rapidamente, sabe? O barulho que este selo de música fez entre os anos de 2016 a 2024 foi ensurdecedor. Todo mundo que trabalhava com música conhecia estas mulheres e queria trabalhar com elas. Eram turnês pelo Nordeste, Sul e Sudeste organizadas por elas e que davam super certo, mesmo com pouca grana. E neste meio tempo, elas indicavam empresas de outras mulheres, mulheres instrumentistas, técnicas de som, produtoras, designers... todas as funções necessárias para se construir uma carreira na música eram executadas por mulheres. A PWR Records pode ter acabado - aconteceu após o fechamento do livro, em 2024 - mas as redes que ela construiu ficaram firmes e fortes. Quando uma avança, todas precisam avançar, e a PWR trazia isso em sua raiz a ideia de que é preciso criar redes e fazer com que todas as mulheres na indústria da música avancem juntas.

Por Cláudia Chaves

Especial para o Correio da Manhã

O Palácio Tiradentes, sede histórica da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), completa 99 anos no dia 06 de maio com uma programação especial. O edifício inicia as comemorações do seu centenário com uma visita teatralizada inédita, que passa por diversos marcos de sua história. Nesta data, seis sessões serão realizadas de hora em hora, das 10h às 16h. A entrada é gratuita e a distribuição de senhas será realizada na entrada principal do Palácio, na Rua Primeiro de Março, s/nº – Praça XV.

O roteiro faz referência a momentos históricos, apresentando a construção do Palácio, sua atuação como Câmara federal até 1960 e a transformação em Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O público poderá interagir com representações de personalidades como o arquiteto Archimedes Memória, que foi um dos projetistas do edifício, o deputado e escritor Jorge Amado, a ativista Almerinda Gama e os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O passeio tem início nas escadarias da Rua Primeiro de Março, passa pelo Saguão Getúlio Vargas, Salão Nobre, Biblioteca Dona Maria Portugal Duque Costa, Plenário Barbosa Lima Sobrinho e corredores históricos.

“O Palácio Tiradentes é a Casa do Povo e uma grande referência política e cultural do Rio de Janeiro. Desde a sua reabertura, em 2023, voltou a ser um importante agente para a revitalização do Corredor Cultural do Centro do Rio, recebendo milhares de visitantes ao mês. A partir deste aniversário de 99 anos, o edifício se prepara para o seu centenário e a primeira programação especial é a visita teatralizada temática, que apresenta a história do Parlamento de forma lúdica e interativa”, celebra Fernanda Figueiredo, Diretora de Cultura da Alerj.



Personagens como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, contam a história do palácio

Uma viagem pelo tempo

Palácio Tiradentes celebra 99 anos com visita teatral gratuita: personagens que marcaram a história do local interagem com o público em roteiro inédito

O Palácio Tiradentes ocupa o terreno que abrigou por muitos anos a “Cadeia Velha”, onde o alferes Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes, ficou preso durante cinco dias antes de ser enforcado

“A partir deste aniversário de 99 anos, o edifício se prepara para o seu centenário e a primeira programação especial é a visita teatralizada temática”

Fernanda Figueiredo

em 21 de abril de 1792.

Após a demolição da Cadeia Velha, o edifício histórico foi construído e inaugurado em 6 de maio de 1926. Desde então, é palco de importantes momentos da História, funcionando como Parlamento do Brasil até 1960, quando a capital do país foi transferida para Brasília.

Em 1975, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, tornou-se sede da Assem-

bleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o edifício é a sede histórica da Alerj, sendo palco da atividade legislativa e polo cultural para a população.

SERVIÇO

99 ANOS DO PALÁCIO TIRADENTES

Palácio Tiradentes (Rua Primeiro de Março, s/nº – Praça XV, Centro)

6/5, com sessões às 10h, 11h, 12h, 14h, 15h e 16h

Entrada franca, com distribuição de senhas na entrada principal

Informações: cultura@alerj.rj.gov.br

De novo em Cannes, agora no júri

Escalada para o time que vai julgar os concorrentes à Palma de Ouro, a indiana Payal Kapadia ainda colhe os frutos pelo seu cult 'Tudo Que Imaginamos Como Luz', um signo de sororidade

Por **Rodrigo Fonseca**

Especial para o Correio da Manhã



Ao anunciar o time de artistas que vai acompanhar a presidente de seu júri oficial de 2025, a atriz Juliette Binoche, nas deliberações sobre a Palma de Ouro deste ano, o Festival de Cannes convocou como sua jurada a cineasta indiana que fez o planisfério cinéfilo (em peso) debater sororidade em sua edição passado: Payal Kapadia. Em maio de 2024, ela deixou a Croisette (a avenida principal do balneário francês onde o evento se passa) com o Grande Prêmio do Júri.

Conquistou essa láurea e um oceano de elogios por "Tudo O Que Imaginamos Como Luz" ("All We Imagine As Light"). Indicada ao Globo de Ouro de Melhor Filme de Língua Não Inglesa, essa joia ganha um novo espaço no Brasil agora que a diretora de 39 anos se ocupa de avaliar quem disputa as láureas da maior maratona cinematográfica do planeta, incluindo o pernambucano Kleber Mendonça Filho, que exibirá "O Agente



JSquared Photography

Payal Kapadia: 'A Índia que se tornou mais folclórica no cinema, a de Bollywood, é marcada pela música. Em geral, Mumbai nunca é silenciosa e seus sons nos afeta'

Secreto" (com Wagner Moura) em concurso. A produção que consagrou Payal estreia por aqui na TV (a cabo) no próximo dia 16, às 16h05, no Telecine Cult. Antes pode ser visto no streaming da emissora ou na Prime Video da Amazon.

Além de Binoche, Payal terá como colegas de júri: a oscarizada estrela americana Halle Berry; a atriz italiana Alba Rohrwacher; a roteirista franco-marroquina Leïla Slimani; o documentarista e produtor congolês Dieudo Hamadi; o multiartista sul-coreano Hong Sangsoo, hoje definido como o realizador mais prolífico da atualidade; o cineasta e produtor mexicano Carlos Reygadas; e o bombado ator da série "Succession", Jeremy Strong, dos EUA. O trabalho deles vai de 13 a 24 de maio. Tudo começa após a sessão de "Partir un Jour", da estreante Amélie Bonnin, que abre a programação cannoise.

O time de Binoche esbanja diversidade e impõe prestígio em múltiplas vias. No caso

da diretora egressa da Índia, ela fez o cinema de sua pátria ser visto e admirado para além dos lugares comuns dos musicais egressos de Bollywood, trazendo novas miradas sobre o empoderamento feminino.

"Quero acreditar que teremos mais mulheres realizando funções técnicas importantes no cinema daqui para frente, pois já existe uma mudança acontecendo", desabafou a cineasta, na França, ao ser laureada por "Tudo O Que Imaginamos Como Luz". "Trabalhei cinco anos nesse roteiro que fala de três vozes femininas, de gerações diferentes, e ele ia mudando conforme eu amadurecia", disse Payal ao Correio da Manhã na Croisette.

Falado em três línguas (o malaiala, o hindi e o marata), o drama rodado por ela enche o peito das plateias de esperança sem incorrer nas caricaturas de feel good movie. Foi o primeiro longa-metragem de CEP indiano a concorrer à Palma de Ouro depois de um hiato de 30 anos. Nascida na região de Rourkela,

há 67 anos, Mira Nair, colega e compatriota de Payal, agraciada com o Leão de Ouro de Veneza por "Um Casamento à Indiana", 24 anos atrás, foi a realizadora daquela nação que chegou mais longe em reconhecimento internacional, driblando sexismos históricos. Payal, que conquistou 47 troféus de prestígio com sua saga sobre companheirismo, pode ir além de Mira.

Realizadora dos curtas-metragens "Afternoon Clouds" (2017) e "And What Is the Summer Saying" (2018), Payal criou conscientemente caminhos que a diferem do audiovisual de sua terra natal, cujo maior artesão autoral foi Satyajit Ray (1921-1992), ganhador do Urso de Ouro de Berlim (com "Trovão Distante") e do Leão dourado veneziano (com "O Invencível").

"Querida paletas distintas do que se faz no meu país, sobretudo Bollywood (seara mainstream do audiovisual da Índia, especializada em melodramas e musicais), com a consciência de que cada província indiana tem o seu próprio polo cinematográfico, com regras próprias e, por vezes, com línguas diferentes", respondeu Payal ao Correio em Cannes, ao citar a francesa Claire Denis (diretora de "Com Amor e Fúria" e "Bom Trabalho") entre suas referências. "Na fase do ano relativa às monções, nas chuvas, quando se olha o horizonte, tudo adquire um tom azul, por vezes cinza. Eu quis essa paleta, que depois se abre para o vermelho, num sinal da iluminação que se dá com as personagens. O título do filme sugere a sensação de sombria que nos cerca quando a vida parece sem saída."

Ganhadora do troféu L'Oeil d'Or (a Palma de Documentários de Cannes) por "Uma Noite sem Saber Nada" (2021), Payal idealizou "Tudo Que Imaginamos Como Luz" como se fosse uma operação sinestésica. Na trama, a enfermeira Prabha (Kani Kusruti) recebe um presente inusitado do ex-marido. Nesta mesma época, a colega de quarto dela, Anu (Divya Prabha) começa a namorar e tenta encontrar um lugar onde o novo casal possa ter intimidade em paz. Nesse momento, uma viagem para o litoral vem bem a calhar à rotina delas, que se abre para uma terceira figura, a aposentada Parvati (Chhaya Kadam).

"A Índia que se tornou mais folclórica no cinema, a de Bollywood, é marcada pela música. Em geral, Mumbai nunca é silenciosa e seus sons nos afeta. Outra operação em que tentei buscar um caminho diferente foi no som, buscando a quietude. Na Índia, nem o silêncio é quieto", disse a diretora. "Espero que com o interesse do mundo pelo filme, a partir de Cannes, as barreiras da língua se quebrem para nosso cinema".

Divulgação



Jesuíta Barbosa e Irandhir Santos em 'Tatuagem', de Hilton Lacerda

Jesuíta em profissão de fé

Por **Rodrigo Fonseca**

Especial para o Correio da Manhã

Mesmerizando plateias com a revisão de fatos e feitos de Ney Matogrosso, “Homem Com H” se candidata a blockbuster tornando-se um ímã de elogios para seu ator, Jesuíta Barbosa, abrindo o interesse da cinefilia nacional por seu histórico nas telonas. O marco zero de sua excelência se fez notar há exatos 12 anos, com “Tatuagem”, que hoje bate ponto no streaming, com mais destaque, à força do êxito recente do astro em circuito.

Exibido na abertura do Mix Brasil de 2013, o cult do diretor pernambucano Hilton Lacerda foi laureado com o Kikito de Melhor Filme no Festival de Gramado e

ganhou o Prêmio da Crítica (votado pela Federação Internacional de Imprensa Cinematográfica – Fipresci) no Festival do Rio, de onde saiu ainda com o Prêmio do Júri e o troféu Redentor de Melhor Ator, dado para... Jesuíta. É possível vê-lo via Prime Video (Amazon) e na plataforma Reserva Cultural, que lançou ainda o longa posterior de Hilton, o thriller “Fim de Festa” (2019).

Do fino da fossa à apoteose da saudade, do desabafo amoroso à marchinha, da ladainha romântica à quaresma pós-Quarta de Cinzas, duas canções servem de bússola à “Tatuagem”. Arquetizado como sinestesia a partir da fotografia sensorial de Ivo Lopes Araújo, o longa foi responsável por consagrar um dos roteiristas mais aclamados do país, Hilton Lacerda, como diretor

de ficção. Em seu eixo de abertura, ouvimos a canção “Esse Cara”, e, em seu fecho, nós somos brindados com “Bandeira branca”. No trânsito sensorial entre uma música à outra, numa reconstituição de Pernambuco em 1978, nos resquícios sombrios do governo militar, uma paixão de opção declarada pela igualdade vai sendo costurada. Ao mesmo tempo, vai se desenhando um painel de formas de resistência à repressão (ditatorial, sexual, em suma, ideológica). Nele, uma trupe teatral, alocada em um cabaré, o Chão de Estrelas, serve como um bunker para a liberdade a fim de combater a opressão fardada no governo, ao mesmo tempo em que o diretor/mentor do grupo se joga nos braços de um soldado recém-integrado às Forças Armadas.

Quem mais (e melhor) resiste

Boa acolhida de público e crítica a ‘Homem Com H’, com elogios rasgados a seu protagonista, desperta o interesse cinéfilo pelo cult queer ‘Tatuagem’

Chão de Estrelas, amplia a libido da Recife dos anos 1970 ao som de “Esse cara”. Nos versos “Ele está na minha vida/ porque quer/ eu estou pro que der vier”, Clécio dá sinal verde para que desejos tatuados em corações empapuçados de cerveja ganhem forma e suor. Entre eles o desejo que sente por um jovem recruta, Arlindo, vulgo Fininha, interpretado por Jesuíta Barbosa. Os beijos trocados por eles nas madrugadas pavimentam uma relação sólida em um mundo em transformação: uma cidade que, feito um espelho do Brasil, reflete as instabilidades políticas dos anos de chumbo. Um mundo desafiado pelas irreverências de Clécio e seus atores em números musicais como a provocativa “Canção do Cu”, polca que se destaca cheia de som e de fúria na trilha de Dj Dolores.

Mas o bem-querer de Clécio por Fininha é apenas uma de muitas relações cimentadas por Lacerda numa narrativa interessada em conjugar o verbo gostar (de alguém) sob diferentes desinências. Entre elas estão a paternidade (pós-moderna) e a amizade, representada no cabo-de-guerra coberto a plumas entre Clécio e a diva do cabaré, Paulette (vivido por Rodrigo Garcia, em um brinco de atuação).

Xará do thriller dirigido em 1981 por Bob Brooks com Bruce Dern e de um drama alemão de Johannes Schaaf, a “Tatuagem” audiovisual de Lacerda, retocada pela atuação devastadora de Irandhir, demarcou (uma vez mais) o (alto) relevo da linhagem recifense no cinema nacional. Foi abençoada com o Kikito de melhor filme em Gramado, quatro troféus Redentor no Festival do Rio (incluindo o prêmio Fipresci, da Federação Internacional de Imprensa Cinematográfica) e com a fama de ter esgarçado as fronteiras da discussão sobre identidade sexual na tela para fora das entradas e bandeiras de guetos e nichos. E, quando vem “Bandeira branca”, gemido por Dalva de Oliveira como um fado, sabe-se que Lacerda pede paz ao esquadrihar nossa capacidade de perder e de nos regenerarmos na bitola Super-8 do amor.

aos milicos (e a todo o resto), no recorte histórico/estético de Lacerda, são as artes. De um lado, a arte de representar (na forma do teatro, da poesia e do cinema) e a arte de amar (na forma fálica de um aríete em marcha contra a hipocrisia). No casamento desses dois hemisférios, celebrado em um gesto político, surge um longa muitas vezes rotulado em seu lançamento de “filme-gay”, mas que - numa carinhosa cartografia da homoafetividade - transcende bandeiras. O corpo é seu leme, seu norte. O corpo como estandarte da vida, em suas planícies e falésias, seus desastres e seus carnavais.

Incorporando Maria Bethânia, de microfone em punho, Clécio Wanderley (Irandhir Santos), ator, dramaturgo e cabeça do clã de artistas responsável pela ocupação do

Por Affonso Nunes

Depois de estrear em março no Sesc São Gonçalo, o espetáculo “Lundu Brasileiro” chega ao Sesc Tijuca nesta terça-feira (6) com a proposta de lançar luz sobre um dos mais antigos e influentes gêneros musicais do país. Originado de uma dança africana trazida por escravizados angolanos no século 18, o lundu mesclou elementos da cultura africana com traços da música portuguesa e espanhola, dando origem a uma forma rítmica sincopada que influenciaria o maxixe, o choro e o samba.

A iniciativa faz parte da programação do edital Sesc Pulsar 2024/2025 e seguirá para outras duas unidades do Sesc no estado do Rio de Janeiro: Teresópolis (25/10) e Nova Friburgo (29/11).

O projeto é idealizado pela cravista e pesquisadora Rosana Lancelotte, fundadora do portal Musica Brasilis. Com direção musical dela, o espetáculo reúne os músicos Marina Spoladore (piano), José Staneck (harmônica) e Ricardo Santoro (violoncelo), responsáveis por interpretar as obras e também conduzir o público por uma viagem contextual, com comentários históricos que situam cada peça em seu tempo. “A ideia é mostrar que o lundu não é uma curiosidade do passado, mas um elo fundamental na formação da identidade musical brasileira”, afirma Rosana.

O repertório destaca tanto os primeiros lundus registrados no país quanto obras de compositores que incorporaram o gênero em suas criações. Estão no programa peças de Ernesto Nazareth, Chiquinha Gonzaga e Heitor Villa-Lobos, além de obras raras descobertas por Rosana em arquivos europeus. Um dos destaques é o “Landum das Beatas”, peça instrumental encontrada na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, que será apresentada pela primeira vez no Brasil. Outra raridade é o lundu recolhido pelos naturalistas Spix e Martius durante expedição pelo interior brasileiro entre 1817 e 1820.

O espetáculo também recupera



O trio formado por Ricardo Santoro (cello), José Staneck (harmônica) e Marina Spoladore (piano) faz um dos gêneros mais importantes dos séculos 18 e 19 pulsar novamente

No ritmo da ancestralidade

Espectáculo ‘Lundu Brasileiro’ celebra o gênero como raiz da música brasileira

o lundu “Isto é bom”, de Xisto Bahia, considerado o primeiro registro fonográfico feito no Brasil, em 1902, pela Casa Edison. A peça é um marco da transição entre o século 19 e o início da indústria fonográfica brasileira. Outro momento de destaque é a apresentação da polca-lundu “Você bem sabe”, composta por Ernesto Nazareth aos 14 anos, sinalizando já na juventude o vínculo com a tradição popular.

“Nazareth é um dos maiores exemplos da fusão entre o erudito e o popular, e o lundu foi essencial nessa equação”, diz Marina Spoladore.

O gênero também se expandiu regionalmente. No Norte do país, ganhou força com compositores maranhenses como Leocádio Alexandrino dos Reis Rayol e Antônio dos Reis Rayol, cujas composições também integram o programa. Fechando o espetáculo, está o célebre “Lundu da Marquesa de Santos”, de Villa-Lobos, peça emblemática do modernismo musical brasileiro.

Em 2025, no contexto das comemorações do Ano Brasil-França, “Lundu Brasileiro” será apresentado em duas cidades francesas. No Château d’Arcangues, na região de Bordeaux, o concerto acontece em 17 de maio com Rosana Lancelotte (cravo) e Clea Galhano (flautas doces). Já em Paris, o espetáculo será encenado na Bibliothèque

de l’Arsenal em 12 de junho, com Julien Chauvin (violino), Olivier Baumont (cravo), Paulo Aragão (violão) e Rosana Lancelotte (pianoforte). A turnê internacional é parte do esforço do projeto de reposicionar o lundu no cenário da música clássica global.

O espetáculo nasce do trabalho contínuo do Musica Brasilis, instituto fundado por Rosana há 15 anos com o objetivo de promover o patrimônio musical brasileiro por meio da digitalização e difusão de partituras. O acervo da plataforma, acessível gratuitamente, conta hoje com 4.934 partituras de 433 compositores brasileiros em domínio público. O projeto foi ampliado com apoio do Instituto Cultural Vale e do BNDES, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. “Nossa missão é democratizar o acesso à música de concerto brasileira. E isso só é possível com acesso

irrestrito às partituras”, destaca Rosana.

A credibilidade do Musica Brasilis tem garantido reconhecimento internacional. A plataforma é apoiada pela Unesco, pelo IBICT/MCTI — responsável pela preservação digital —, pela Wikimedia Commons e pelo programa Google for Nonprofits. Além disso, foi incorporada à Rede da Memória Virtual Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, e ao programa de Web Archiving da Library of Congress, nos Estados Unidos. O catálogo completo pode ser consultado no portal www.musicabrasilis.org.br.

SERVIÇO

LUNDU BRASILEIRO

Sesc Tijuca (Rua Barão de Mesquita, 539, Tijuca)

6/5, às 19h

Ingressos: R\$ 20 e R\$ 10 (meia)

Por Leonardo Lichote
(Folhapress)

Quando Ilessi escolhe batizar seu disco de “Atlântico Negro”, ela não está mirando num lugar, numa ponte, num mero espaço físico de travessia entre África e Américas. Afinal, oceano é, sobretudo, movimento. “Me mantive fiel à ideia de Paul Gilroy [sociólogo inglês que criou o conceito Atlântico Negro]. Ou seja, estou falando da cultura negra diaspórica, mas não estou pensando em origem. É mais movediço. É algo que vem de algum lugar, mas se mistura e se transforma. Não gosto de estabelecer bordas ou fronteiras”.

No disco e no show que já passou por Rio de Janeiro e São Paulo, esse território movediço se materializa num repertório que inclui Milton Nascimento, Clementina de Jesus e cantos do Negro Fugido, autoperpetrador tradicional de Acupe, distrito de Santo Amaro da Purificação. Mas não somente: boa parte é material próprio, ou seja, músicas de Ilessi e de compositores como Marcelo Galter, Luizinho do Jê, Iara Rennó, Sylvio Fraga e Thiago Amud.

Em “Atlântico Negro”, portanto, Ilessi aponta referências de negritude bem marcadas, o que aparece nos títulos de canções, como “Navio Negreiro”, “Oxum (Ora ie ie ie)/ Oxum (Oxum bai le ô)” ou “Omolu”. A riqueza dessas referências está em diálogo com inventividades de outras naturezas - filhas de fontes como Hermeto Pascoal e Clube da Esquina.

Nascida em Campo Grande e criada em Jacarepaguá, bairros da zona oeste do Rio de Janeiro, Ilessi cresceu com as marcas sociais de mulher, negra e suburbana. E construiu sua carreira afirmando de maneira funda essas marcas - ao mesmo tempo em que desafia as expectativas sobre elas.

Desde o início foi assim. “Meu primeiro disco, ‘Brigador’, tem dez faixas”, conta Ilessi. “Quatro são sambas. Tem baião, valsa, bolero. E sempre eu o via nas lojas na prateleira de samba. Ou seja, você vê



Helena Cooper/Divulgação

A música de Ilessi não se rende às classificações vindas de um olhar superficial

Improvisar e resistir

uma cantora negra na capa de um disco e diz: samba”.

A música de Ilessi, portanto, não se rende às classificações vindas de um olhar superficial. Quem espera cacoetes vazios de afrofuturismo encontra uma estética fundamentada em vivência e reflexão - doutoranda em música na Unicamp, a Universidade Estadual de Campinas, ela desenvolve a tese “A improvisação das vozes negras diaspóricas de Clementina de Jesus e Tania Maria”.

Quem espera dela um “canto intuitivo” da negra periférica encontra a técnica apuradíssima. Quem, ao se deparar com esse refinamento, imagina um respeito à limpeza que se projeta na “grande música popular brasileira”, se depara com uma voz que desafia tudo isso com vigor punk e ética de ter-



Ilessi reafirma suas raízes negras em ‘Atlântico Negro’, seu novo disco de travessias

reiro. É rima de Elis Regina e Clementina.

Mais do que uma afirmação de raízes, a negritude da música de Ilessi se fundamenta na ideia de liberdade, como ela própria escreve na contracapa do vinil de “Atlântico Negro”: “Música negra, como nos ensina Amiri Baraka, é mais do que a música feita pelos negros, mas a música que tem em sua essência a liberdade da improvisação. Improvisação de ser, estar e agir no mundo, que nós negros, há séculos submetidos a tanta opressão, apropriação, invisibilidade, desigualdade e racismo, sabemos bem o que é”.

Em entrevista, Ilessi lança um exemplo que ilustra sua liberdade: “Tem uma música na qual faço um negócio na voz que é um efeito como se fosse um golpe de glote,

um canto agudo picotado. Fiquei pensando de onde surgiu isso. Um tempo depois me lembrei de uma gravação de Yoko Ono, acho que é ‘Kiss Kiss Kiss’, na qual no final ela começa a fazer isso. Ou seja, a referência vem do lugar mais improvável”.

A sonoridade de “Atlântico Negro” é construída por Ilessi ao lado de músicos que se afinam com essa liberdade: Marcelo Galter (piano e teclados), Ldson Galter (baixo) e Reinaldo Boaventura (percussão). Igualmente em sintonia está Sylvio Fraga, que assina com Ilessi e Marcelo a direção artística do álbum - e, apenas com Marcelo, a produção musical.

Juntos, eles se lançam no groove de ancestralidade moderna e modernidade ancestral de “Cataveiro de Iaiá/ Evém o Nego Patu-ri”, sobre o qual a cantora explora um canto rasgado inspirado pelo de Dona Santa, responsável pelo resgate da tradição do Negro Fugido. Em “Trastevere”, de Milton e Ronaldo Bastos, interpreta com força sóbria sobre um arranjo que reinventa a dissonância do Clube da Esquina. Já “Cobra Coral”, de Marcelo Galter, é uma melodia de saltos inesperados que ela executa em vocalize que combina precisão e calor - assim como em “Seca tatu”, composição da própria cantora.

Sexto disco de Ilessi, “Atlântico negro” a firma numa cena de artistas que tem repensado a herança negra na música brasileira para além dos mitos que a cercam - e dos fetiches de identidade que dominam os discursos no indie e no mainstream. Mais importante, tem se apropriado dessa herança para lançá-la no futuro. Nomes como Juçara Marçal, Negro Leo, Iara Rennó e Caxtrinho - todos traçando diálogos e colaborações entre si.

“Eu fui formada por um grupo que contava a minha história”, reflete a cantora. “Mas acho que a gente está numa transição pro momento em que iremos recontar essa história negra. Quem tem um olhar crítico está pensando mais nessa presença. Porque não é mais representatividade. É presença. Nós estamos presentes”.

Tecnologia e calor humano. Têm que estar sempre juntos.

Uma empresa que há 42 anos administra
uma liderança imbatível de mercado tem que
entender muito de administração.

Protel. A administração condominial que une
tecnologia com calor humano no atendimento.

Síndicos felizes recomendam.

Vai ser eficiente assim lá em casa.

PROTEL

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS.